



propriedadeintelectual.wiki.br

Wiki para repositório de temas gerais da
Propriedade Intelectual para uso em sala de aula
como atividade de Estágio Pós-Doutoral (ACAD/INPI)

Por João Ademar de Andrade Lima,
sob a supervisão de Rita Pinheiro-Machado



Aponte seu celular para o
QR Code ao lado e veja o
nosso Pitch

L732C

Lima, João Ademar de Andrade, 1976-
propriedadeintelectual.wiki.br; wiki para repositório de temas gerais
da Propriedade Intelectual para uso em sala de aula como atividade de
Estágio Pós-Doutoral (ACAD/INPI) / João Ademar de Andrade Lima.
Supervisora: Rita Pinheiro-Machado.

Rio de Janeiro: ACAD/INPI, 2023.

30p. il:

Relatório (Pós-Doutorado em Propriedade Intelectual, Inovação e
Desenvolvimento) Instituto Nacional da Propriedade Industrial.

ISBN 978-65-00-82984-6

1. Educação 2. Propriedade Intelectual 3. PI nas Escolas 4. Educação
Básica 5. Wiki I. Título

CDU 37

Relatório Final de Pós-Doutorado

Conteúdo



Contexto, 5



Memorial, 13



Produto, 21



Remate, 27

João Ademar de Andrade Lima

Supervisora: Rita Pinheiro-Machado



Academia de Propriedade Intelectual,
Inovação e Desenvolvimento do Instituto
Nacional de Propriedade Industrial

Rio de Janeiro, outubro de 2023

Contexto

No mundo da “Quarta Revolução Industrial”, a Propriedade Intelectual é, sem dúvida, o principal ramo do Direito, que salvaguarda os componentes intangíveis relacionados às criações humanas nos mais variados campos, da cultura à tecnologia, da ciência à inovação.

É uma área correlata às ciências econômicas, tecnológicas, gerenciais e, cada vez mais, encontra espaço e ressonância na pauta das discussões, não apenas dirigidas por e para os chamados agentes de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação — PD&I —, mas também à academia e à comunidade científica como um todo.

De fato, já se foi a constante em que, aos fatores de produção, bastava relevância à terra, ao homem e ao capital, com os quais a liderança de mercado e o consequente poder derivado consubstanciavam o surgimento e manutenção da vida e sobrevivência das grandes empresas. Hoje, ao contrário, se fala em “*know-how*”, “*know-what*”, “*know-why*”, “*know-who*”... em um mundo em rede, em uma “Sociedade em Rede”, na qual o capital intelectual figura como componente valorativo de primeira monta, capaz de, mais que nortear, transformar as perspectivas e as estratégias das menores empresas às grandes corporações.

Estudar e pesquisar Propriedade Intelectual, entendendo as suas características e das áreas de seu entorno, é condição fundamental para bem se enquadrar nessa nova ordem. Todavia, é facilmente depreendido que, em nosso entorno, tal expediente ainda se mostra relativamente parco, com exceções ainda em situações do Ensino Superior, como na oferta, por exemplo, de conteúdos e/ou disciplinas específicas sobre o assunto, ou, a título de exemplo próximo nosso, na atuação de Grupos de Pesquisa como o Grupo de Extensão Socialização em Propriedade

Intelectual — GESPI —, cadastrado desde 07/07/2014 no DGP/CNPq (originalmente com a alcunha de Grupo de Estudos em Sociologia da Propriedade Intelectual), certificado pela Universidade Federal de Campina Grande — UFCG — e com a participação de pesquisadores de diversas instituições de ensino local, como a própria, a Universidade Estadual da Paraíba — UEPB —, o Instituto Federal da Paraíba — IFPB — e Escolas Estaduais (mormente as Escolas Cidadãs Integradas Técnicas — ECITs), no tocante ao debate e aplicação extensionista de vários temas correlatos, de importância *sine qua non*, incluindo as linhas “Propriedade Intelectual nas Escolas” e “Educação para Cidadania e Cultura de Respeito Autoral” (*vide* gespi.org e dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/1205190698193402).



Grupo de pesquisa

GESPI - Grupo de Extensão Socialização em Propriedade Intelectual

Endereço para acessar este espelho: dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/1205190698193402

Identificação
Endereço / Contato
Repercussões
Linhas de pesquisa
Recursos humanos
Instituições parceiras
Indicadores de RH
Equipamentos e Softwares

Identificação

Situação do grupo:	Certificado
Ano de formação:	2014
Data da Situação:	07/07/2014 11:14
Data do último envio:	18/09/2023 19:43
Líder(es) do grupo:	João Ademar de Andrade Lima Rafaela Silva
Área predominante:	Ciências Humanas; Sociologia
Instituição do grupo:	Universidade Federal de Campina Grande - UFCG



Neste contexto, apresenta-se aqui o presente Relatório de Estágio Pós-Doutoral, cujo resultado entrega, como produto para uso colaborativo e totalmente *open access*, via licença *copyleft*, o sítio propriedadeintelectual.wiki.br, para socialização de conteúdo educacional como repositório de temas gerais da Propriedade Intelectual para uso em sala de aula, especialmente direcionados a jovens e professores, sobretudo do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, mas também, até, com exemplo para Educação Infantil, a partir do qual, conhecimentos técnicos e jurídicos e seus aportes doutrinários, a intervenção conceitual de construtos da Educação e a oferta de práticas lúdicas, didaticamente elaboradas, poderão configurar, doravante, auxílio para cultura, regra e, principalmente, pauta para nossos jovens cidadãos, futuros profissionais, sustentáculos da dita Nova Economia.

Numa visão sistêmica, esta ação é nitidamente inspirada e se mostra partícipe do “Programa PI nas Escolas”, com atividades organizadas pelo INPI em nível nacional, com o apoio de uma ampla rede de voluntários (mentores, apoiadores e parceiros institucionais) e a missão de disseminar a Propriedade Intelectual a um público infanto-juvenil, como resultado do “1º Plano de Ação da Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual”.

O Programa

O Programa PI nas Escolas é organizado pelo INPI com o apoio de ampla rede de voluntários na condição de mentores, apoiadores e parceiros institucionais e representa os esforços assertivos do INPI direcionados a levar a propriedade intelectual ao público infanto-juvenil. O programa figura no 1º Plano de Ação da Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual, tendo por objetivos promover, em âmbito nacional, iniciativas de inserção da propriedade intelectual nas escolas da rede privada e pública da Educação Básica, desenvolver em sala de aula habilidades e competências transversais de propriedade intelectual, pela sua aplicação nas diferentes disciplinas da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e reconhecer ações pedagógicas e educacionais de conscientização sobre a importância da propriedade intelectual na vida cotidiana das crianças e jovens.

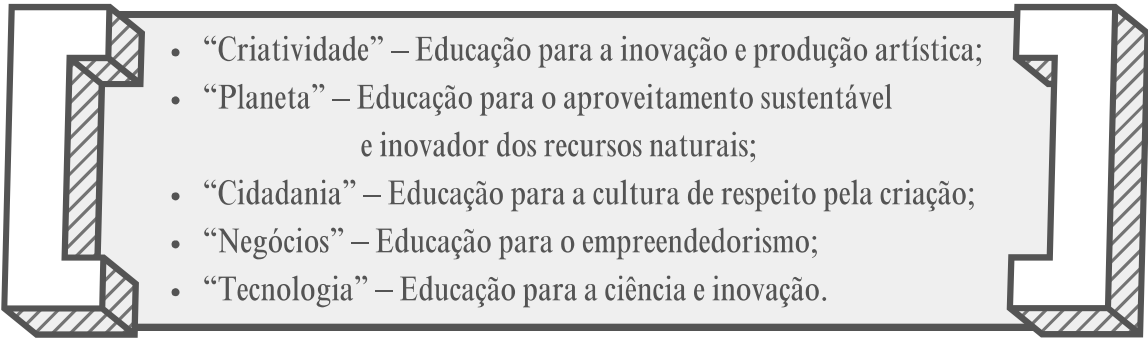


Se eu vi mais longe, foi por estar sobre ombros de gigantes.
ISAAC NEWTON

Nos ombros da propriedade intelectual as futuras gerações enxergarão mais longe.
PROGRAMA PI NAS ESCOLAS



Abarcam, assim, os objetivos do “PI nas Escolas”, a promoção de iniciativas de inserção da Propriedade Intelectual na Educação Básica, em observância a habilidades e competências transversais de temas do entorno dos direitos autorais e industriais, pelas suas aplicações nas diretrizes da Base Nacional Comum Curricular — BNCC —, a partir de modelos adaptados como:

- 
- “Criatividade” – Educação para a inovação e produção artística;
 - “Planeta” – Educação para o aproveitamento sustentável e inovador dos recursos naturais;
 - “Cidadania” – Educação para a cultura de respeito pela criação;
 - “Negócios” – Educação para o empreendedorismo;
 - “Tecnologia” – Educação para a ciência e inovação.

Às áreas acima, como suporte às ações do projeto geral, o INPI elencou cinco eixos: gerencial; acadêmico; capacitação e orientação; produção de material didático (nosso foco com o *wiki*); e promoção de eventos.

Situadas as linhas oficiais do GESPI e seu histórico de atividades até então, percebe-se que o mesmo é perpassante às áreas “criatividade”, “cidadania” e “negócios”, abarcando, assim, todos os eixos, a exceção, *stricto sensu*, do elemento “gerencial”.

Nesta perspectiva, como referência inicial para o produto aqui desenvolvido, cita-se uma bem sucedida experiência anterior, a saber, disciplina eletiva nomeada “Propriedade Intelectual e Educação Empreendedora”, que abriu espaço para outras duas turmas, uma nomeada “Propriedade Intelectual e a nossa Língua nas Redes” e outra simplesmente “Propriedade Intelectual”, para alunos dos três anos do Ensino Médio e do Técnico em Informática da Escola Normal Estadual Padre Emídio Viana Correia, na cidade de Campina Grande, como uma pioneira oportunidade para se colocar em prática ações acima ideadas, como parte de uma de nossas linhas de pesquisa (a primeira, então já mencionada), “Propriedade Intelectual nas Escolas”, cujo objetivo é “difundir os conceitos da Propriedade Intelectual, como pauta desenvolvimentista e incremento a ações empreendedoras, no ambiente escolar, direta e indiretamente

em conexão interdisciplinar, para crianças e jovens da Educação Básica, como construto necessário à formação de uma consciência jurídico-cidadã sobre o tema”.

Experiência, notadamente, a reforçar e estimular a aplicação, já vivificada durante o curso do estágio pós-doutoral ora relatado, com fulcro naqueloutra, “Educação para Cidadania e Cultura de Respeito Autoral”, cujo objetivo é “(re)criar, por meio de mediação e em espaços próprios, a partir de práticas e dinâmicas direcionadas a crianças e jovens da Educação Básica, em consonância às diretrizes da Política Nacional de Leitura e Escrita (Lei n.º 13.696/2018), hábitos de leitura, escrita, divulgação e reconhecimento autoral, inclusive como pauta dinamizadora para novas possibilidades de incremento à economia criativa”, abraçada pela Escola Municipal de Ensino Fundamental Félix Araújo, uma das mais tradicionais instituições de ensino da Rede Pública Municipal de Campina Grande, com o intento de, por meio de mediação, a partir de práticas e dinâmicas direcionadas a crianças, incrementar as habituais rodas de leitura com a participação de escritores e ilustradores, elevando a percepção dos pequenos ao reconhecimento do conceito de autoria e, pois, simbolicamente, do direito autoral em si.

Aula da eletiva “Propriedade Intelectual e Educação Empreendedora”. Escola Normal Estadual Padre Emídio Viana Correia, em outubro de 2022.



Aula da eletiva
“Propriedade
Intelectual e a
nossa Língua nas
Redes”.
Leitura do
“Propriedade
Intelectual em
Cordel”
Escola Normal
Estadual Padre
Emídio Viana
Correia, em maio
de 2023.



Por serem, como o próprio termo indica, cursos ou matérias que os estudantes podem escolher de acordo com seus interesses e objetivos de aprendizado pessoal, as disciplinas eletivas no Novo Ensino Médio trazem consigo uma empatia imediata, até porque a ideia por trás delas é permitir que os alunos tenham mais flexibilidade para personalizar sua educação de acordo com suas paixões, interesses e planos futuros. Isso, notadamente, ajuda a tornar as aulas mais envolventes e relevantes.

Nos nossos casos experimentados, houve exatamente essa caracterização: escolha dos alunos a partir de uma variedade de opções e flexibilidade no cronograma e no nível de ensino, o que permitiu equilibrar os interesses pessoais com as matérias obrigatórias e os diferentes anos/níveis dos participantes.

Nas três turmas da Escola Normal Estadual Padre Emídio Viana Correia, como citadas acima, com a inserção de conteúdos que, na praticamente totalidade das oportunidades, só o Ensino Superior abordaria, os estudantes conheceram os temas gerais da Propriedade Intelectual (passando também, claro, por tópicos de empreendedorismo, na 1ª, e de literatura, na 2ª). A 3ª, e última, em especial,

como sequência: propriedade geral (*lato sensu*) e intelectual (*stricto sensu*); direito autoral (do autor e conexo a este); direitos autorais do *software*; direito das bases de dados; propriedade industrial; e proteção de cultivares.

No contexto experimental da Educação Infantil (situação replicada no Ensino Fundamental), por sua vez, notadamente não há disciplina eletiva e, pois, escolha temática do estudante, mas a indução do professor no direcionamento das atividades. Assim, nesse mote, àquele primeiro público, junto às chamadas Salas de Leitura (ambiente comum para este nível de escolaridade), dois passos primários foram apontados: catalogação de acervo, com organização do espaço, e atividades prática de socialização (rodas de leitura; oficinas de escrita criativa; e “bate-papo” com o autor).

As rodas de leitura são os tradicionais ciclos para se ler e comentar obras, contudo aqui com ênfase forte em aspectos autorais, concatenando a leitura em si à biografia do autor e contextos de seu universo (“quem é?”, “o que faz/fazia?”, “onde nasceu/viveu?” etc.), em perceptível alinhamento à aprendizagem ativa, já que o hábito da leitura e, além, o reconhecimento da autoria e seu entorno servem de estímulo à criação e impulso à ação de “também fazer”.

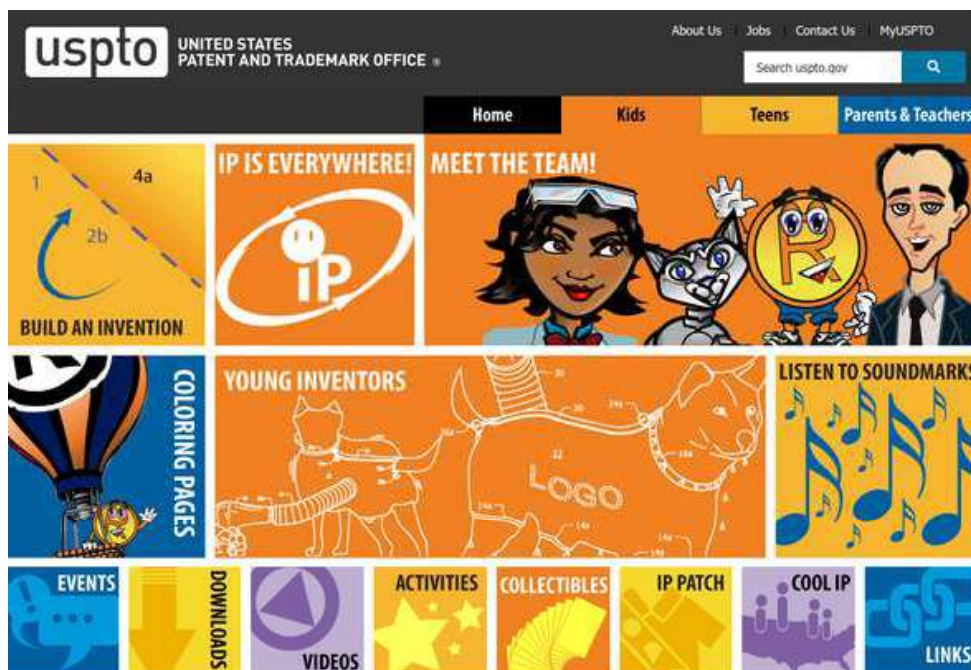
As oficinas de escrita criativa, por si, desenvolvem/aprimoram técnicas de criação, proporcionando momentos desvolto de prática de escrita pura e ilustrada, numa sequência bastante adaptável, até para alunos de anos mais avançados, (com “jeito”) não refratários à ludicidade, a saber: escolhe-se o(s) texto(s) de referência (contos, charges, notícias, fábulas etc.); observa-se as características da(s) obra(s) e como o(s) autor(res) abordou(ram) a(s) temática(s); reescreve-se o(s) texto(s) em outros gêneros (conceitos, para o direito autoral, de “adaptação” e “obra derivada”); e produz-se, seu(s) próprio(s) textos (escritos e/ou visuais).

Já o “bate-papo” com o autor, como é depreendível, nada mais é a realização de encontros com escritores/ilustradores convidados. Claro, com o direito autoral sublinhando toda a conversa.

A partir dessa perspectiva, apontamos a ocorrência de aulas singulares, concatenadas às “habilidades e competências de Propriedade Intelectual para Educação Básica”, assim chamadas no *wiki* e, mais adiante, aqui mostradas.

Como inspiração, fonte anterior e relevante ação promotora à divulgação da importância dos ativos intangíveis para os jovens, que serve de base de referência a tantos outros projetos mundo afora, cita-se o “USPTO Kids”, do Escritório de Patentes dos EUA, cujo slogan “IP is everywhere” (PI está em todos os lugares) apropriadamente sintetiza a máxima aqui buscada: facultar o aprendizado de noções de Propriedade Intelectual na Educação Básica, numa perspectiva inclusive behaviorista, a partir de situações elementares capazes de suscitar nas crianças e jovens a percepção dos conceitos de propriedade *lato sensu* (no sentido de “ter”/“possuir”, base jurídica para *res*/“coisa”), de inventividade e inovação (enquanto criação materializada) e da própria noção de “ideia”, enquanto elemento subjetivo, quiçá metafísico, consoante preconiza, em sua teoria, Skinner, afinal: “qualquer condição ou evento que tenha algum efeito demonstrável sobre o comportamento deve ser considerado”. Em suma, trata-se de um movimento capaz de fazer brotar numa nova possibilidade de geração de discursos e práticas (notadamente proativas) da Propriedade Intelectual em face, inclusive e doravante, da inovação e do empreendedorismo.

SKINNER, Burrhus F.
Ciência e comportamento humano, 11.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p.24



O USPTO Kids foi, felizmente, o espelho para criação de ricas outras iniciativas.

Um exemplo é o “PI para +Jovens”, programa do governo de Portugal, como ação oficial do INPI daquele país.

inpi instituto nacional da propriedade industrial

Pesquisar PORTUGUÊS (PORTUGAL)

[SOBRE O INPI](#) [INSTRUMENTOS DE GESTÃO](#) [SERVIÇOS](#) [FORMAÇÃO](#) [APOIO AS PME](#) [SABER • PI](#) [PI PARA +JOVENS](#) [CONTACTOS](#)

INPI

PI para +Jovens

Página dedicada a jovens e crianças e à sua relação com o Mundo da PI.

[INPI](#) / [PI PARA +JOVENS](#)

Bem-vindos ao Mundo da PI

Já ouviste falar de Propriedade Industrial?

Este separador foi criado especialmente para ti!

Queremos dar-te a conhecer o que é a Propriedade Industrial (PI), a forma como está presente nas nossas vidas diariamente e como podemos aprender a respeitar este mundo da PI, ao perceber o que é a contrafação e os efeitos nocivos que esta tem na sociedade.

Estás curioso?

Entra no mundo do INPI e descobre mais sobre este mundo fantástico, tão próximo de ti.

PI para todos

Marcadores de Livros

Versos para Versão Musical

Conto Infantil

Outros Recursos

Organização Mundial da Propriedade Intelectual

(PT) [Desafio da OMPI – Respeito pela propriedade intelectual](#) (idade recomendada: entre os 14 a 19 anos)
Através de diversos recursos interativos, poderás aprender mais sobre a proteção das marcas e do design.

[Mais recursos noutros idiomas](#)

Instituto da Propriedade Intelectual da União Europeia

(PT) [Diário da Criatividade](#) (idade recomendada: entre os 6 e os 14 anos)
Este Diário irá trazer-te 21 novos hábitos criativos e, ao mesmo tempo, mostrar-te porque é importante proteger as tuas criações com direitos de propriedade intelectual.

(PT) [Noções básicas de Propriedade Intelectual para professores](#)
Este folheto irá guiar o teu professor pelos conceitos básicos da propriedade intelectual quando trouxer para a tua sala de aula conceitos como: criatividade, inovação, empreendedorismo e competências digitais!

[Mais recursos](#)

Linha de atendimento INPI
218 818 188

[Mapa do Site](#) [Avisos Legais](#)

REPÚBLICA PORTUGUESA JUSTIÇA.GOV.PT eportugal.gov.pt COMPETE 2020 PRR Financiado pela União Europeia

Contudo, sem dúvidas (não poderia ser diferente!), a principal referência aqui neste finalizado estágio pós-doutoral, bem como nas repercussões ora desejadas, é o “Programa PI nas Escolas”, uma ação do nosso INPI, conduzida por Patricia Eleonora Trotte Caloiero (da ACAD) e Davison Rego Menezes (da ouvidoria), cujos objetivos, em face da promoção da conexão da Propriedade Intelectual ao ambiente da Educação Básica brasileira, apontam para: ressignificação do espaço escolar e de seu entorno com a valorização e resgate da identidade local, pertencimento territorial, desenvolvimento de tecnologias para empreendimentos locais e contribuições para a sustentabilidade ambiental; promoção da economia circular, inclusão social, diversidade e equidade de gênero; e envolvimento dos atores locais no reconhecimento de seu saber.

Memorial

Enquanto experiência pessoal a suportar o presente estágio pós-doutoral então relatado, cujas principais passagens se mostram sumariamente memoriadas a seguir, qual um conjunto de ações pessoais e acadêmicas cunhado com muita gratidão, aqui reportado através da descrição de uma trajetória pessoal (vívda e, pois, escrita em primeira pessoa do singular) com exposição de escolhas profissionais, direções norteadoras de pesquisas e outras atividades, qual pavimento chegou a este mais recente ato, numa história de vida docente, antes de tudo.

Eis que se segue!

Era 1995, e eu, assim como todo jovem concludente do Ensino Médio (naquele tempo, “segundo grau” ou “científico”), precisava tomar a mais importante decisão da vida até então: a escolha da carreira profissional. Sempre gostei de arte, assim como sempre admirava as construções e as engenharias; cogitava a Arquitetura e a Música mas, não sei como, acabei indo para o Direito.

Chamado “Fera 96”, entrei na UEPB. Lá, confrontei os muros jurídicos sólidos, positivistas e herméticos em sua exegese com a minha arte, a minha música e os meus desenhos. Já cheguei perguntando por um “tal” de direito autoral. Afinal, o que é ele? quando irei estudá-lo?

Coincidentemente, foi justamente também em 1996 que se deu início no Brasil a mais significativa reforma nas legislações nacionais de Propriedade Intelectual desde os anos 1970, já apontando para a abertura econômica advinda pós era Collor, que culminou nas Leis n.º 9.279/1996 (Marcas e Patentes), n.º 9.456/1997 (Cultivares), n.º 9.609/1998 (Programas de Computador) e n.º 9.610/1998 (Direitos Autorais).

Para mim, óbvio, um estímulo a mais. Estaria testemunhando, nos bancos universitários, a reforma que acompanharia minha carreira acadêmica a partir de então.

Nesta época, o sonho profissional do jovem e diferente estudante de Direito começava a tomar forma. Já lá, bem no início de tudo, sabia que era uma paixão genuína; um “amor à primeira vista” que guiaria todas (absolutamente todas!) as minhas decisões formativas.

Eis então que precisava ampliar meus conhecimentos; o Direito não me era suficiente. A Propriedade Intelectual me chamava além.

Assim, para alargar minha base jurídica e para ousar ser um especialista na área, eu sabia que precisava de uma visão tecnológica correlata. Neste propósito, em 1997, apenas no primeiro ano como bacharelado jurídico, fui em busca de algo a mais. Procurei um curso tecnológico que pudesse acrescer base conceitual e prática técnica e inovativa ao meu “juridiquês”. Percorri o Centro de Ciências e Tecnologia — CCT —, da então Universidade Federal da Paraíba — UFPB —, visitando as Unidades Acadêmicas, entrevistando professores, solicitando para acompanhar, como ouvinte, as aulas... tudo visando uma resposta: que curso completaria, nesse primeiro momento de aprendizado, os conhecimentos necessários para a minha carreira na Propriedade Intelectual?

Encontrei no Desenho Industrial um universo que me oferecia, de forma bastante equilibrada, conhecimentos técnicos (geometria descritiva, desenhos técnicos, matemática e estatística aplicadas, física, química), tecnológicos (processos de fabricação, teoria dos materiais, sistemas de produção), práticos (projeto de produto, prototipagem, sistemas funcionais) e artístico-culturais (história da arte, semiótica), numa relação para além de apropriada àquilo tudo que eu buscava. Lá, eu vi, sobretudo, a propriedade industrial me saltando aos olhos; era a corporificação da teoria! Eu precisaria de tudo aquilo!

Claro, não hesitei. Prestei exame e, já no início de 1998, estava eu aluno de Desenho Industrial, nos turnos da manhã e tarde, e de Direito, à noite.

já no meu primeiro semestre como aluno do Departamento de Desenho Industrial da UFPB (hoje, Unidade Acadêmica de Design da UFCG), fui em busca de aplicação das duas áreas que estava estudando: precisava de um estágio

na área de Propriedade Intelectual que pudesse aliar os dois cursos; assim, entrei de forma voluntária no chamado Programa de Apoio à Difusão e Inovação Tecnológica — PADITEC —, que, na Universidade, poderia ser comparado ao que temos hoje nos Núcleos de Inovação Tecnológica — NITs —, notadamente bem antes de qualquer perspectiva legal, como tivemos posteriormente com a Lei da Inovação (Lei n.º 10.973/2004).

O PADITEC figurava como uma ação institucional verdadeiramente pioneira, mormente por ter surgido nos meados dos anos 1990. Como o próprio nome alude, tratava-se de Programa (e não um “Núcleo” ou “Coordenação”) que se baseava na propagação, prospecção e proteção de inovação tecnológica advinda da comunidade universitária. Abarcava não só a UFPB, especificadamente o seu CCT (ao qual vinculava-se o curso de Desenho Industrial), mas também o Instituto Euvaldo Lodi — IEL —, e o Sebrae/PB, que, na época, mantinha *in loco* uma unidade no “Balcão Sebrae”, com vista especificadamente à capacitação, planejamento e execução de projetos, transferência de tecnologia, marcas e patentes.

Lá, ajudei no atendimento a professores, pesquisadores e alunos, consultando no que tange às proteções intelectuais dos resultados de suas pesquisas; realizei depósitos de patentes da comunidade acadêmica e de inventores isolados; auxiliei na transferência de tecnologia, sobretudo no que tange aos aspectos técnicos e jurídicos de seus contratos.

Foi também como aluno que vivenciei experiência no Centro Softex Gênesis de Campina Grande — POLIGENE —, auxiliando elementos de Propriedade Intelectual e inovação na área de desenvolvimento de *software*, junto ao já renomado curso de Ciências da Computação.

O objetivo principal do POLIGENE era, em linhas gerais, incentivar a criação de *software houses*. Experiência bastante próxima da que vivenciaria, mais adiante, junto à Incubadora Tecnológica de Campina Grande, na Fundação Parque Tecnológico da Paraíba — ITCG/PaqTcPB.

Essas primeiras experiências na área me despertaram, igualmente, uma primeira inquietude. Qual o impacto (acadêmico, econômico, inovativo) da Propriedade Intelectual no ambiente universitário?

Atuar no PADITEC e no POLIGENE ensinou a observação e a constatação de um contexto só recentemente vivificado pelas grandes Instituições de Ensino Superior: a importância do conhecimento e da prática da Propriedade Intelectual, bem como das políticas de apoio à inovação e ao empreendedorismo junto às ciências e às tecnologias.

Tive realmente muita sorte de experienciar essas discussões nos seus nascimentos, quando, para o Brasil, toda essa lógica, hoje já bastante aplicada, era ainda um mero construto.

Neste fito, publiquei meu primeiro artigo científico intitulado “A importância da proteção patentária e da Propriedade Intelectual nos cursos de tecnologia”. Visionário, queria que a Propriedade Intelectual fosse disciplina e elemento de discussão em todos os cursos cuja base tecnológica e inovativa estivesse presente. Para meu regozijo, o vi servindo de base teórica para reforma de projetos pedagógicos, sobretudo em cursos de Engenharia. O vi também, mais de uma década depois, presente em questão discursiva de seleção do Mestrado em Propriedade Intelectual e Inovação aqui do nosso INPI. Posso dizer: minhas ideias despertaram, sim, tentativas institucionais de mudanças no *status quo* em matéria de Propriedade Intelectual.

Tal instigação visou, por óbvio, estabelecer uma ligação entre a minha formação, evidentemente abrangente, e a possibilidade de gerar interpretações e, mais que isso, aplicações transversais entre os temas por mim abordados e o público-alvo que eu pudesse atingir; tanto que, em 2001, publiquei meu primeiro livro, cuja tônica seria exatamente aplicar a abordagem jurídica da Propriedade Intelectual à prática do Desenhista Industrial. Intitulado “Curso de Propriedade Intelectual para Designers”, veio depois a contar com uma segunda edição, em 2006.

Dois anos depois, estava no mestrado em Engenharia de Produção, espaço em que conheci as estratégias de inovação e competitiva; a gestão da produção; o empreendedorismo inovador.

Nele, muitas publicações e um novo livro, “Bases Teóricas para Gestão da Propriedade Intelectual” (2006), que focava as leis de direitos autorais e industriais sob o ponto de vista da gestão estratégica, situando-as no escopo da

Administração, da Engenharia de Produção, da Gestão da Tecnologia e da Economia Industrial e da Inovação, na busca de vir a ser um referencial teórico para quem precisasse gerenciar questões voltadas à apropriação de bens aptos de proteção intelectual.

Mais uma vez me senti na vanguarda. Abordei um modelo de gestão da Propriedade Intelectual em núcleos de apoio à inovação antes mesmo do *boom* dos NITs país afora.

Nesse ínterim, já iniciava a minha carreira docente. Primeiramente pelas portas da Arquitetura e do Desenho Industrial; pouco depois, no Direito, cujo ingresso, aliás, mostrou-se antecedido por uma das melhores experiências que tive na área: o II Curso sobre Propriedade Intelectual para Professores Universitários, realizado pelo INPI e Sebrae, como o apoio da Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores — ANPROTEC —, e organização do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia — COPPE/UFRJ —, ocorrido na cidade de Belo Horizonte, em fins de novembro de 2006.

O encontro versou sobre questões que abrangiam desde Sistema Nacional de Inovação ao contexto da Propriedade Intelectual na primeira metade dos anos 2000, passando pela Gestão e Comercialização da Tecnologia aos trâmites legais correlatos.

Lembro-me com se fosse hoje: voltei das Minas Gerais extremamente envaidecido e fortalecido na minha compreensão da importância político-estatal dos elementos da Propriedade Intelectual. De pronto, fiz minha parte: consegui transformar a específica matéria em disciplina obrigatória no curso de Direito do Centro Universitário UNIFACISA, onde lecionei por 18 anos e meio.

Em Direito, despertei nos meus alunos a curiosidade e a aplicabilidade de uma ciência jurídica ainda marginal. Desenvolvi e orientei trabalhos de pesquisa.

Evoluí como professor e como pessoa.

Já estávamos em 2008 e, em paralelo à docência, acumulei a função de Coordenador do Núcleo de Inovação Tecnológica da Fundação Parque Tecnológico da Paraíba — NIT/PaqTcPB —, onde o conhecimento das questões inovadoras e empreendedoras se mostraram práticas. Tenho imensa

honra de tê-lo concebido, estruturado, regimentado e o posto em funcionamento (ação bastante correlata a outras duas oportunidades de contribuição que tive anos depois: entre 2013 e 2015, com Propriedade Intelectual e Biotecnologia junto ao Laboratório de Avaliação e Desenvolvimento de Biomateriais do Nordeste — CERTBIO —, da UFCG, e entre 2021 e 2022, no Instituto Nacional do Semiárido — INSA).

Em 2009, uma necessária pausa na militância da Propriedade Intelectual se fez necessária. Passei a me dedicar majoritariamente ao exercício administrativo, coordenando o Curso de Direito, para além da docência. Deixei a Coordenação em 2012, já para o Doutorado, com avaliação pelo Ministério da Educação em 5 (nota máxima) e o maior índice de aprovação, por parte dos egressos, na OAB, seccional Paraíba. Missão cumprida!

Hora de reapontar o coração para minha sempre paixão. Contudo, agora, numa outra perspectiva da Propriedade Intelectual. Seguramente influenciado pelas leituras e estudos que desenvolvi em concomitância às atividades gerenciais, que culminaram com uma nova publicação, “Novos Olhares Sobre o Direito Autoral na Era da Música Digital” (2011). Eis então que as Tecnologias da Informação e Comunicação — TICs — me chamaram.

Daqui, uma ideia: trabalhar novas perspectivas autorais diante das mudanças advindas das novas tecnologias digitais. Mais que isso: eu queria/precisava de outras experiências de mundo; literalmente, de um outro mundo; destino: Portugal; ano: 2012; área de concentração: Ciências da Educação; objetivo: aproximar as novas aplicações do direito autoral à prática educativa, possibilitando novas formas de interação e contribuição empírica e científica ao fazer jurídico e pedagógico, com suporte filosófico fortemente norteadado pela chamada “ciência aberta” e com metodologia galgada em práticas investigativas de diversos professores, grupos e universidades, sobretudo europeias.

Ao cabo, fui premiado como autor da melhor Tese de Doutorado lusófona na área de Propriedade Intelectual, via Grupo de Estudos em Direito Autoral e Industrial da Universidade Federal do Paraná — GEDAI-UFPR/CNPq —, no II Concurso Prof. Dr. José de Oliveira Ascensão.

O retorno de Portugal seguramente representa o meu principal ponto de inflexão

profissional. Professor de carreira no Ensino Superior, me vi envolto das teorias da Educação e da visceral vontade de mergulhar nas licenciaturas, na pedagogia e nas tecnologias educacionais.

Assim, como quem recomeça, não em “ciclo”, mas em “espiral”, fiz dois novos cursos, Licenciaturas em Computação e Pedagogia, e, com eles, prestei concurso público para Docente do Ensino Fundamental junto à Prefeitura Municipal de Campina Grande.

Saí do Ensino Superior e me tornei professor de crianças, sem dúvidas, o melhor ambiente para, da experimentação, aplicar, nas melhores validações possíveis, a essência que me trouxe a este Pós-Doutorado: juntar a Propriedade Intelectual à Prática Pedagógica para Educação Básica e, como quem volta a quase 30 anos no tempo, revivificar a motivação de fazer diferente, não só por mim mesmo, ávido por novidades, mas para quem puder se ver/estar incluído, máxime os estudantes, como dito alhures, jovens cidadãos, futuros profissionais, sustentáculos da Nova Economia.

Adiante, ao ingressar na rede de colaboradores do “PI nas Escolas”, vi que parte dos meus sonhos colaborativos não são só meus, mas sonhos conjuntos; conheci a queridíssima Patrícia Trotte (a quem dedico fortemente este processo) e, a partir dela, a igualmente querida Rita Pinheiro-Machado, que abraçou minhas, por vezes, “divagações” e me facultou, por seu absoluto altruísmo, a chance de viver e receber esta minha mais simbólica menção acadêmica.

Produto

As ferramentas *wiki*, hoje amplamente utilizadas como recursos educacionais, são plataformas de *software* baseadas na *web* que possibilitam a criação, edição e organização colaborativa de conteúdo. O seu termo provém do havaiano “*wiki wiki*”, que significa “rápido”, “super veloz”, sendo justamente essa característica de edição ágil e compartilhamento rápido de informações que melhor traduz a sua tecnologia.

A história dos sítios *wiki* começou na década de 1990, quando o programador Howard G. Cunningham (*Ward Cunningham/Cunningham & Cunningham, Inc*) desenvolveu a primeira versão do “*WikiWikiWeb*”. Sua motivação era criar um espaço *online* onde as pessoas pudessem contribuir na criação e edição de documentos de maneira simples e eficiente. O conceito se espalhou e evoluiu com a criação de outras ferramentas, como a *MediaWiki*, que figura aqui justamente como a plataforma utilizada para o produto propriedadeintelectual.wiki.br; sistema, aliás, extremamente popular, *vide* ser o que alimenta o Wikipédia, enciclopédia colaborativa mais acessada da internet.

A essência dos *wiki* reside na sua funcionalidade fundamental: eles consistem em páginas de conteúdo (chamadas “verbetes”) que podem ser editadas por qualquer usuário (mesmo não “logado”), se autorizado, permitindo a inserção de texto, imagens, *links* e outros elementos multimídia de forma colaborativa. Cada edição é registrada em um histórico de revisão, o que possibilita a visualização de todas as alterações realizadas ao longo do tempo e permite a reversão para versões anteriores, se necessário. Além disso, os *wiki* possuem recursos de ligações internas entre as páginas, facilitando a interconexão de conteúdos e tornando a navegação e a pesquisa mais eficientes. A flexibilidade na

definição de controle de entrada também é uma característica marcante, variando de acesso público a restrições que exigem autenticação ou aprovação para contribuição.

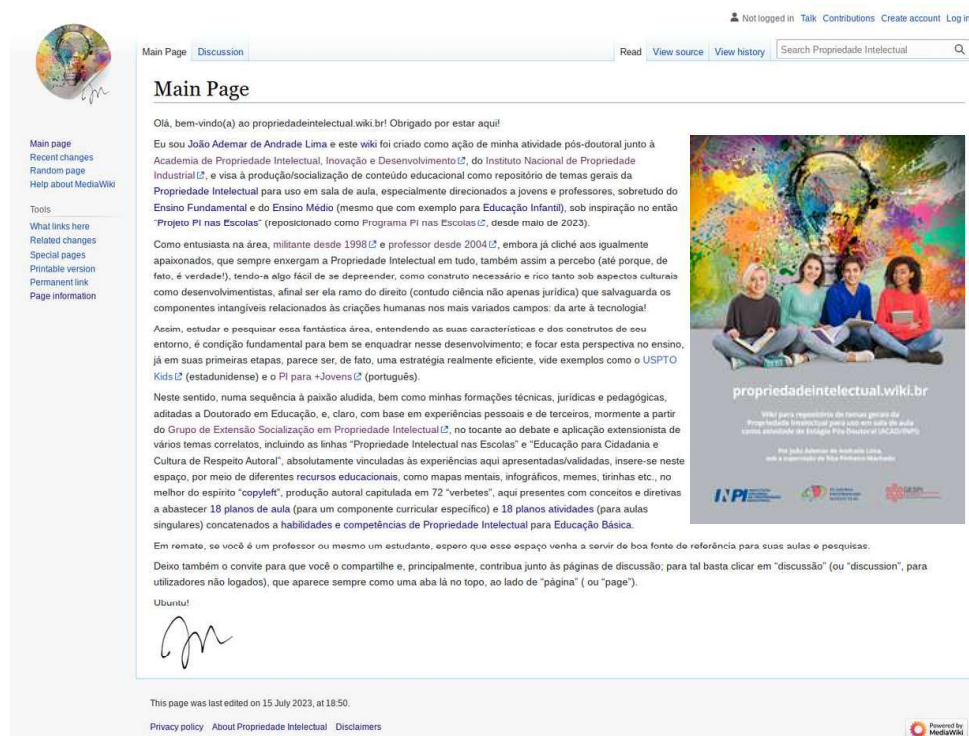
O uso educacional das ferramentas *wiki* tem sido uma das aplicações mais destacadas, inclusive por servirem à tempestividade com que conceitos, interpretações e normas rapidamente são revistas, como recursos de referência em constante atualização, onde professores e estudantes, por exemplo, podem criar enciclopédias temáticas ou bases de conhecimento sobre tópicos específicos, contribuindo para a disseminação de informações precisas e confiáveis. Eles podem facilmente colaborar em (co)autoria de conteúdo educacional, como notas de aula, resumos, glossários e até mesmo materiais didáticos completos. Isso fomenta a construção coletiva do conhecimento e promove uma abordagem de aprendizado mais ativa.

O propriedadeintelectual.wiki.br busca basicamente favorecer esses expedientes, não tão só com a inserção de bases conceituais em seus 72 verbetes (aproximando-se, aqui, mais dos alunos), mas também a partir das abas de discussão (com foco maior nos professores), onde estão inseridas sugestões de atividades a partir do que se nomeou “comentários e pautas de discussão”, com abertura à contribuição com informações adicionais, curadoria de *links* externos relevantes, referências bibliográficas, recursos e experiências educacionais. Como percebido, a aprendizagem colaborativa é um dos pontos fortes dos *wiki*, permitindo que os alunos discutam tópicos, corrijam erros uns dos outros e construam conhecimento em conjunto. As revisões feitas por colegas enriquecem o conteúdo e expõem os estudantes a uma diversidade de perspectivas, estimulando o pensamento crítico. Além disso, ajuda os alunos a desenvolver habilidades digitais essenciais na sociedade atual, como edição de texto *online*, formatação de conteúdo, pesquisa na *web* e gerenciamento de informações. Professores podem se valer da avaliação formativa, acompanhando o progresso dos alunos ao longo do tempo, fornecendo *feedback* contínuo e adaptando o ensino conforme necessário.

Com sua acessibilidade global, os *wiki* podem ser iniciados de qualquer lugar com uma conexão à internet, o que amplia os horizontes educacionais e

possibilita o aprendizado e a colaboração em escala global. Ademais, possuem sempre um *layout* simples, amigável e responsivo, excluindo a necessidade de *hardwares* específicos e/ou limitados para melhor experiência do usuário. Em suma, representam uma revolução também no campo educacional, conectando a colaboração digital ao processo de aprendizado e promovendo a construção coletiva do conhecimento na era da informação, com flexibilidade e adaptabilidade para atender a uma variedade de necessidades pedagógicas, proporcionando uma experiência de ensino e aprendizagem enriquecedora para a “Sociedade em Rede”.

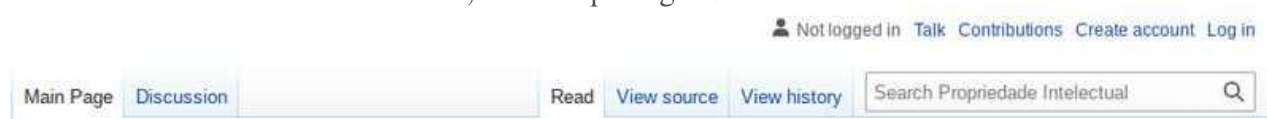
Ato contínuo, segue abaixo imagens e principais elementos de usabilidade importantes à apresentação do propriedadeintelectual.wiki.br, sobretudo a visitantes iniciais, embora, como já mencionado, a popularidade das construções advindas da *MediaWiki* facilite bastante esse entendimento.



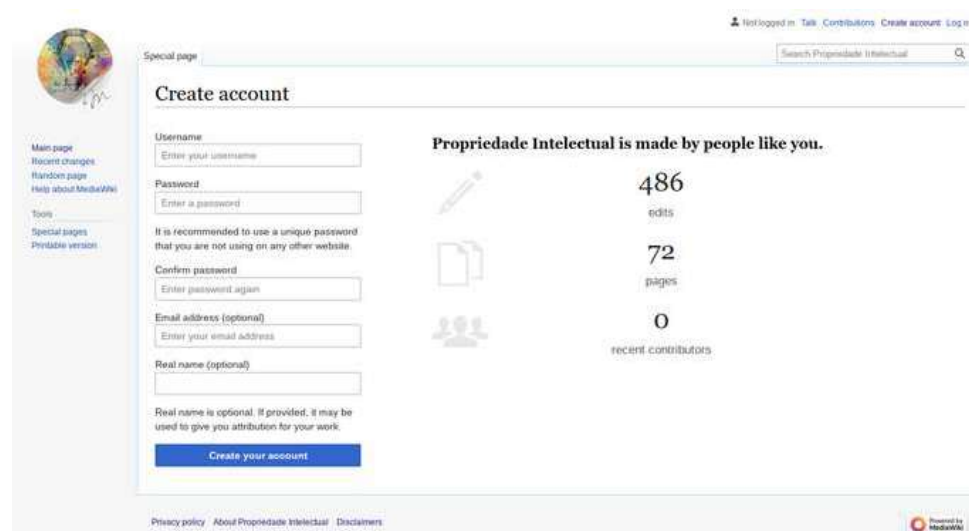
The screenshot shows the Main Page of the propriedadeintelectual.wiki.br website. The page is designed with a clean, user-friendly layout. At the top, there is a navigation bar with links for "Main Page", "Discussion", "Read", "View source", "View history", and a search bar. The main content area is titled "Main Page" and contains a welcome message from João Ademar de Andrade Lima, who created the wiki. The message describes the wiki's purpose: to provide a repository of resources for the Propriedade Intelectual (Intellectual Property) field, specifically for the "Projeto PI nas Escolas" (PI in Schools Project). It mentions that the wiki is a collaborative space where users can share and discuss various topics related to intellectual property, including patents, trademarks, and copyrights. The page also includes a sidebar with links to "Main page", "Recent changes", "Random page", "Help about MediaWiki", and "Tools". At the bottom, there is a footer with the text "This page was last edited on 15 July 2023, at 18:50." and a "Powered by MediaWiki" logo.

Já na página de entrada (*Main Page*), tem-se a descrição do produto, sua vinculação ao processo de pós-doutoramento do autor e suas filiações institucionais, bem como uma apresentação geral.

A língua padrão dos itens de comando da página (notadamente os menus) é o inglês. Contudo, usuários logados têm a possibilidade de configurar a navegação para português (ou outro entre as dezenas de idiomas disponíveis). Os verbetes, notadamente, estão em português.



Usuários podem se cadastrar usando o link “*Create account*”, no topo direito da página.



Uma vez cadastrado, é criada a sua página de usuário (*User:SeuNome*), que também pode ser modificada/atualizada/compartilhada, e, de então, como dito, todo o *wiki* passa a mostrar seus menus no idioma desejado.



Por hora, todos os verbetes só estão disponíveis para edição por usuários então logados com perfil/status de “Administrador”. Contudo, é importante mencionar que a contribuição às páginas de “discussão” (“*discussion*”) pode se

dar até mesmo sem cadastro, de modo que o usuário que adicionar conteúdo ou fizer uma alteração sem se identificar (sem fazer *login*) verá tal conteúdo ou tal alteração com atribuição de forma pública e permanente via endereço *Internet Protocol* — IP — usado no momento, em lugar de um nome de usuário.

Dentro do *wiki*, a navegação se dá com o uso extremo de hipertextualização e multimodalidades, como é padrão dessa ferramenta. Assim, durante a própria leitura, o usuário é instigado à “saltar” pelos *links* (rapidamente identificados como sendo cada um dos termos que aparece em azul), passando facilmente; por exemplo, de propriedadeintelectual.wiki.br/index.php/Propriedade_Intelectual (Conceitos Gerais de Propriedade Intelectual) para propriedadeintelectual.wiki.br/index.php/Direitos_e_Garantias_Fundamentais (Direitos e Garantias Fundamentais previstos na Constituição), para propriedadeintelectual.wiki.br/index.php/File:Tirinha_Chico_Bento.jpg (uma Tirinha de Chico Bento!), em apenas três cliques!

Além das ligações entre conteúdos internos, sempre que, ao lado de uma palavra ou expressão (em azul) ocorrer o símbolo “”, significa que há nelas um *link* para um conteúdo externo a complementar o tema ou a exemplificar situações postas, sempre em consonância ao aprendizado pretendido pelas informações principais do verbete.

Ademais, no campo “Pesquisar em” (“*Search*”) Propriedade Intelectual, conteúdos específicos podem ser encontrados de forma bastante fácil, seja como títulos de verbetes ou, simplesmente, termos contidos nos textos.

Por fim, de forma mais direcionada, sobretudo à aplicação prática em sala de aula, qual objetivo central aqui, há a presença ilustrativa de diferentes recursos educacionais, como infográficos, mapas mentais, fluxogramas, charges, tiras (como citado acima) e, até, memes!

Contudo, claro, além dos construtos e seus respectivos comentários e pautas de discussão, fixa-se, como destaque, 18 planos de aula para um componente curricular específico de Propriedade Intelectual (ora validado, como demonstrado alhures) e 18 planos de atividades (para aulas singulares, a serem parte em diferentes disciplinas) concatenados a habilidades e competências acerca deste para Educação Básica, consoante diretivas da BNCC.



[Página principal](#)
[Mudanças recentes](#)
[Página aleatória](#)
[Ajuda do MediaWiki](#)

[Ferramentas](#)
[Páginas afiluentes](#)
[Mudanças relacionadas](#)
[Enviar arquivo](#)
[Páginas especiais](#)
[Versão para impressão](#)
[Link permanente](#)
[Informações da página](#)

JoãoAdemar [Discussão](#) [Preferências](#) [Páginas vigiadas](#) [Contribuições](#) [Sair](#)

Página

Discussão

Ler

Editar

Editar código-fonte

Ver histórico

Mais

Pesquisar em Propriedade Intelectual

Planos de Aula

1. Propriedade (lato sensu) e Propriedade Intelectual;
2. Direito Autoral;
3. Direito Autoral Moral;
4. Direito Autoral Patrimonial;
5. Obras autorais protegidas;
6. Direitos Conexos ao autor;
7. Proteção no Direito Autoral;
8. Registro no Direito Autoral;
9. Direito Autoral do Software;
10. Criação de um software e Direitos Autorais do software sob encomenda;
11. Registro de software e violação de software;
12. Direito das Bases de Dados;
13. Propriedade Industrial;
14. Desenho Industrial;
15. Marcas;
16. Indicações Geográficas;
17. Patentes; e
18. Proteção de Cultivares.

Esta página foi modificada pela última vez em 19 de abril de 2023, às 21h21min.

[Política de privacidade](#) [Sobre Propriedade Intelectual](#) [Termo de responsabilidade](#)

 **Powered by**
MediaWiki



[Página principal](#)
[Mudanças recentes](#)
[Página aleatória](#)
[Ajuda do MediaWiki](#)

[Ferramentas](#)
[Páginas afiluentes](#)
[Mudanças relacionadas](#)
[Enviar arquivo](#)
[Páginas especiais](#)
[Versão para impressão](#)
[Link permanente](#)
[Informações da página](#)

JoãoAdemar [Discussão](#) [Preferências](#) [Páginas vigiadas](#) [Contribuições](#) [Sair](#)

Página

Discussão

Ler

Editar

Editar código-fonte

Ver histórico

Mais

Pesquisar em Propriedade Intelectual

Planos de Atividades

Com base na lista de habilidades e competências de Propriedade Intelectual para Educação Básica, segue abaixo coleção de 18 atividades (para aulas singulares), perpassantes aos principais temas/conceitos da Propriedade Intelectual, como práticas que podem ser adaptadas de acordo com o nível de ensino e a disponibilidade de diferentes recursos educacionais.

Competências	Atividades
Cultura digital	Explorando a Propriedade Intelectual na Cultura Digital
Pensamento científico, crítico e criativo	Debates éticos sobre a Propriedade Intelectual na sociedade atual
Argumentação	Júri Simulado sobre a Descriminalização da Pirataria
Empatia e cooperação	Conexões entre Conhecimentos Tradicionais e Propriedade Intelectual
Autoconhecimento e autocuidado	Explorando o Direito Moral à Paternidade em Obras Intelectuais
Língua Portuguesa	Explorando a Propriedade Intelectual através do Debate
Língua Estrangeira	Explorando a Propriedade Intelectual através de Textos em Língua Estrangeira
Artes	A Arte dos Jogos Digitais: Debates sobre Propriedade Intelectual e Expressão Criativa
Filosofia	Liberdade de Expressão e Direitos Autorais: Colisão de Direitos Fundamentais?
Sociologia	Indicações Geográficas como Ferramenta para o Desenvolvimento Regional
Biologia	A Lei de Proteção de Cultivares e o Desenvolvimento Científico e Tecnológico na Biotecnologia
Química	O Sistema de Patentes e o Acesso a Medicamentos e Novos Materiais
Física	Patentes Verdes e a Inovação Tecnológica Sustentável
História	Antecedentes Históricos para o surgimento das Legislações de Propriedade Intelectual
Geografia	Distribuição Geográfica de Ativos de Propriedade Intelectual e Desenvolvimento Humano
Estatística	Análise Estatística de Indicadores de Patentes Depositadas e Concedidas
Matemática (álgebra)	Cálculo do Valor Financeiro de Ativos de Propriedade Industrial via Calculadora de Maturidade Tecnológica
Matemática (geometria)	Explorando a Representação Gráfica através de Documentos de Patentes

Esta página foi modificada pela última vez em 26 de junho de 2023, às 15h57min.

[Política de privacidade](#) [Sobre Propriedade Intelectual](#) [Termo de responsabilidade](#)

 **Powered by**
MediaWiki

Remate

Para rematar, mormente em face do caráter contínuo que se espera do propriedadeintelectual.wiki.br, apenas uma a mais ferramenta para valorização e disseminação da Propriedade Intelectual, a permanecer em constante atualização e, quiçá, espaço de convergência para diversos atores Brasil afora, entusiastas da matéria e (re)conhecedores de sua importância, deseja-se, mais que tudo, auxiliar na consolidação desta temática na Educação Básica, afirmando seu papel fundamental no desenvolvimento social, cultural e econômico dos indivíduos.

Além de transmitir conhecimentos acadêmicos, tem-se aqui também o dever de promover a formação de cidadãos conscientes e éticos.

Por dizer respeito à proteção legal de criações intelectuais, o ensino da Propriedade Intelectual já a partir dos primeiros anos escolares permite que os estudantes compreendam a importância de bem cuidar de suas próprias criações em tempo equivalente ao respeito às criações alheias. Isso não apenas fomenta a legalidade, mas também prepara os jovens para o mundo real, onde, por exemplo, práticas de *compliance* são cada vez mais valorizadas, potencializando, claro, junto a outros valores morais, a construção de uma sociedade justa e ética, onde a apropriação indevida de “ideias” é desencorajada e punida. Ao compreender os direitos autorais, industriais e outras formas de proteção intelectual, os alunos aprendem a valorizar o esforço mental de si e de terceiros. A Propriedade Intelectual também desempenha um papel crucial no estímulo à inovação. Quando os estudantes entendem que suas ideias podem gerar criações protegidas e recompensadas, eles são incentivados a buscar soluções criativas para os desafios que enfrentam. Esse estímulo é benéfico não apenas

para o desenvolvimento pessoal dos alunos, mas também para o avanço da sociedade como um todo.

No contexto atual, em que a economia global é cada vez mais impulsionada por capital intelectual, o conhecimento sobre esse tema se torna uma habilidade valiosa para os futuros profissionais.

Assim, através de iniciativas como o “PI nas Escolas” e recursos os mais variados, de tantos dedicados colaboradores, dos quais quer-se inserir o propriedadeintelectual.wiki.br, vislumbra-se a oportunidade de promover uma compreensão cada mais ampla e profunda desse tema tão relevante, no mais genuíno desejo de que nosso produto, muito além do título pós-doutoral que ele facultou, continue a crescer e se desenvolver, contribuindo como útil apoio aos professores e amigável recurso formativo aos estudantes.

Pelo contínuo crescente reconhecimento da importância do ensino da Propriedade Intelectual, ubuntu!



Editado no Canva Pro com fontes *Open Sans* e *Times New Roman Conde*; imagem artística da capa por Hayal Gücü, foto “students” via Billion Photos e demais elementos gráficos com licença proprietária da Canva, Inc.; diagramação, *screenshots* e fotos das aulas por João Ademar de Andrade Lima.



propriedadeintelectual.wiki.br

Relatório final de estágio pós-doutoral junto à Academia de Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento, do Instituto Nacional de Propriedade Industrial, que visou à produção/socialização de conteúdo educacional como repositório de temas gerais da Propriedade Intelectual para uso em sala de aula, especialmente direcionados a jovens e professores da Educação Básica.

ISBN: 978-65-00-82984-6

